



SUMÁRIO EXECUTIVO

**PESQUISA QUANTITATIVA DE AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO
DO PROJOVIM ADOLESCENTE - SERVIÇO SOCIOEDUCATIVO**

Datamétrica - Consultoria, Pesquisa e Telemarketing Ltda.
Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Brasília, março de 2011

Sumário Executivo

PESQUISA QUANTITATIVA DE AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJovem ADOLESCENTE - SERVIÇO SOCIOEDUCATIVO

1. Apresentação

O objetivo deste sumário executivo é apresentar os principais resultados da Pesquisa quantitativa de avaliação da implementação do Projovem Adolescente - serviço socioeducativo. A pesquisa, contratada mediante pregão eletrônico n.º 54/2009, foi realizada pela empresa Datamétrica – Consultoria, Pesquisa, Telemarketing, entre março de 2010 e março de 2011. O estudo buscou gerar dados quantitativos e registros fotográficos que servissem de subsídios acerca do momento em que se situava a implementação do Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo.

O Projovem Adolescente (PJA) articula uma série de ações nos dois âmbitos da proteção social – básica e especial – no sentido de promover a criação de mecanismos que garantam a convivência sociofamiliar, bem como de fomentar as condições necessárias para a inserção, a reinserção e a permanência dos jovens, entre 15 e 17 anos, no sistema educacional. O serviço é direcionado exclusivamente para jovens situados na faixa etária referida que pertençam a famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) ou que sejam egressos de medida socioeducativa de internação; que estejam cumprindo outras medidas socioeducativas em meio aberto; egressos ou que estejam cumprindo medida de proteção; egressos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); egressos ou vinculados a programas de combate ao abuso e à exploração sexual.

Os jovens admitidos no PJA são organizados em grupos, denominados coletivos, constituídos por 15 a 30 membros. Excepcionalmente, nos processos de formação e/ou recomposição dos coletivos, admite-se o seu funcionamento com um número menor de jovens, até o limite mínimo de 7 jovens. A esses coletivos são dirigidas as ações socioeducativas sugeridas pelo traçado metodológico, respeitada uma carga horária semanal de 12 horas e meia de atividades, no decorrer de 24 meses. A participação no PJA é voluntária, porém, ao ingressar no coletivo, o jovem assume compromissos e se obriga a: (i) manter uma frequência escolar mínima de 85% (jovens de 15 anos) ou de 75% (jovens de 16 e 17 anos); (ii) manter uma frequência mensal mínima de 70% às atividades do serviço; e (iii) respeitar as normas de convivência pactuadas com eles no processo de implantação dos coletivos. Todos os coletivos devem estar referenciados a um CRAS e ter ainda uma base física de referência. Do CRAS são recrutados profissionais de nível superior para cumprirem o papel de técnico de referência das equipes encarregadas da execução direta ou indireta do PJA. Somam-se a eles profissionais de nível médio e de formação técnica variada, que atuam, respectivamente, como orientadores sociais e facilitadores nas oficinas promovidas com os jovens dos coletivos.

2. Metodologia

A metodologia empregada buscou configurar um panorama da situação do programa, no período de execução da pesquisa, a partir de três pontos de vistas distintos: do gestor, do técnico de referência e do orientador social. As informações referentes ao PJA foram obtidas a partir de uma pesquisa de campo realizada junto a 295 municípios distribuídos em todas as regiões brasileiras, além de 25 municípios localizados no estado do Rio de Janeiro (analisados em separado em função de particularidades ocorridas durante a coleta de dados neste estado). A lista de municípios a serem visitados foi definida pela SAGI a partir de um sorteio aleatório.

Fizeram parte da amostra da pesquisa os coletivos aos quais os municípios aderiram entre março de 2009 e fevereiro de 2010, e que tinham o início previsto até março de 2010. Para a realização da pesquisa de campo foram elaborados instrumentos de coleta específicos para os três atores entrevistados (gestores, técnicos de referência e orientadores sociais). Os questionários incluíram os seguintes aspectos: (i) formação dos coletivos; (ii) atuação profissional dos atores envolvidos com a operacionalização; (iii) traçado metodológico; e (iv) atividades desenvolvidas nos coletivos.

Durante o trabalho de campo, realizado entre os meses de junho e outubro de 2010, as principais atividades realizadas nos municípios da amostra foram: (i) entrevistas com os gestores municipais das respectivas secretarias de assistência social, com os técnicos de referência dos CRAS que faziam parte do PJA e com os orientadores sociais do serviço no município (no caso desses dois últimos atores, foram entrevistados apenas aqueles ligados aos coletivos pertencentes à amostra); (ii) exame das características físicas e coleta de registros fotográficos dos espaços em que eram desenvolvidas as atividades – oficinas e encontros – dos coletivos da amostra, estivessem eles localizados dentro ou fora do CRAS; e (iii) georreferenciamento das bases físicas dos coletivos da amostra e dos CRAS que os referenciavam.

Ao final da pesquisa, foram entrevistados 292 gestores, 458 técnicos e 863 orientadores sociais. Esses orientadores eram responsáveis por 1.613 coletivos. No estado do Rio de Janeiro, foram entrevistados 25 gestores, 81 técnicos e 127 orientadores sociais, responsáveis por 279 coletivos.

3. Resultados

Para facilitar a leitura das informações, os resultados da pesquisa foram divididos em blocos. No que segue, são apresentados os principais resultados de cada bloco. Os resultados serão apresentados, quando for pertinente, de forma que seja possível identificar se estes tratam dos dados nacionais ou aos dados do estado do Rio de Janeiro. Quando não houver identificação, as informações se referem aos dados nacionais.

3.1 Implementação

3.1.1 Implementação do serviço

Neste primeiro bloco são discutidos assuntos referentes ao número de coletivos pactuados, problemas de implementação, possíveis soluções encontradas para os problemas de implementação, tipos de execução dos coletivos, cancelamento de coletivos, entre outros.

- **Quantidade de coletivos pactuados:**

NACIONAL: A maioria dos municípios (63%, deles, segundo as informações dos gestores) pactuou até cinco coletivos. Apenas 8% dos gestores afirmaram que os seus municípios pactuaram entre 11 e 20 coletivos. RIO DE JANEIRO: 52% dos municípios pactuaram até 05 coletivos, 16% entre 6 e 10 coletivos e 24% mais de 21 coletivos.

- **Preenchimento das vagas:**

NACIONAL: De acordo com parte significativa dos técnicos e orientadores sociais (66%), todas as vagas ofertadas pelos municípios foram preenchidas. Em 74% dos municípios visitados os gestores informaram que as vagas foram suficientes para atender toda a demanda identificada. Ou seja, há um percentual significativo de municípios que precisariam de mais vagas para atender a demanda reprimida. RIO DE JANEIRO: aproximadamente 50% dos técnicos e orientadores informaram que as vagas não foram totalmente preenchidas.

- **Tipo de execução:**

NACIONAL: A maior parte dos municípios (86% deles de acordo com os gestores) tem apenas coletivos de execução direta. Apenas 3% dos gestores afirmaram ter em seus municípios tanto coletivos de execução direta, quanto coletivos de execução indireta; apenas 4% deles indicaram trabalhar exclusivamente com coletivos de execução indireta. Essas informações são confirmadas pelos técnicos e orientadores. RIO DE JANEIRO: 40% dos municípios têm apenas coletivos de execução direta, 28% têm coletivos de execução direta e coletivos de execução indireta e 20% dos municípios trabalham apenas com coletivos de execução indireta.

- **Início das atividades:**

Segundo os gestores entrevistados, em 83% dos municípios todos os coletivos pactuados haviam iniciado as suas atividades. Em 17% dos municípios havia pelo menos um coletivo que não havia sido iniciado, quantidades semelhantes às verificadas no estado do Rio de Janeiro. Os números apresentados pelos técnicos e orientadores são muito próximos aos reportados pelos gestores.

Para os casos em que os coletivos não iniciaram as suas atividades, as justificativas mais comuns, de acordo com os gestores, foram a demanda insuficiente de jovens (31%), a falta de infraestrutura (31%), a falta de profissionais para trabalhar nos coletivos (28%) e os recursos federais insuficientes (15%). Além destas razões, os técnicos também apontaram a ausência de bolsas para os jovens (14%). No estado do Rio de Janeiro, as informações são semelhantes, havendo apenas maior peso para a demanda insuficiente de jovens, razão presente na fala de 50% dos gestores e técnicos e na de 80% dos orientadores sociais.

- Cancelamento dos coletivos após o início das atividades:

NACIONAL: Segundo os gestores de apenas 4% dos municípios, coletivos teriam sido cancelados após o seu início. Dentre os coletivos que foram cancelados, segundo os gestores, a principal razão foi a desistência dos jovens durante o andamento dos trabalhos (56%). Outro motivo também bastante frequente foi a dificuldade em manter os profissionais trabalhando nos coletivos (24%). A ausência de bolsas foi lembrada por 19% dos técnicos entrevistados. RIO DE JANEIRO: segundo os gestores, em 20% dos municípios ao menos um coletivo foi cancelado após seu início. Os principais motivos alegados foram a desistência dos jovens durante o andamento dos trabalhos (40%) e a dificuldade financeira dos municípios (40%).

- Uso do banco de dados do PBF para definir quantidade e localização de coletivos:

De acordo com os gestores, a maioria dos municípios (97% deles) utiliza o banco de dados do PBF para definir o número de coletivos a serem aceitos, do total de coletivos disponibilizados pelo MDS, e em grande parte deles o banco é utilizado para definir os territórios onde os coletivos seriam implantados e, conseqüentemente, a que CRAS seriam referenciados (71% dos gestores assim informaram). No Rio de Janeiro a situação é semelhante.

- Divulgação e busca ativa:

Há a realização de busca ativa dos jovens pelas equipes de trabalho em 96% dos municípios pesquisados, segundo os gestores, situação muito semelhante à verificada no Rio de Janeiro. Além disso, há divulgação ampla na mídia local (em carro de som, rádio local, por exemplo, conforme informação de 73% dos gestores), nas escolas (67%), além da promoção de eventos e/ou reuniões com jovens, pelo CRAS (65%).

3.1.2 Dificuldades na Implementação

- Dificuldades na criação dos coletivos:

NACIONAL: Os municípios também relataram dificuldades no momento da criação dos coletivos. Essa foi a opinião manifestada por 44% dos técnicos entrevistados. As principais dificuldades apontadas foram a falta de bolsa ou auxílio financeiro aos jovens (48%), demanda insuficiente de jovens (40%), falta de infraestrutura (25%) e falta de profissionais para trabalhar nos coletivos (18%). RIO DE JANEIRO:

os técnicos disseram que em 31% dos coletivos houve algum tipo de problema na sua criação. Os orientadores sociais também tiveram uma percepção semelhante: 30% dos coletivos teriam tido problemas em sua formação.

- **Dificuldades no funcionamento:**

NACIONAL: Para 33% dos orientadores sociais, há dificuldades para manter os coletivos em funcionamento. As principais dificuldades apontadas foram a falta de bolsa ou auxílio financeiro aos jovens (49%) e a desistência dos jovens durante o andamento dos trabalhos (42%). RIO DE JANEIRO: 46% dos técnicos informaram existir dificuldades para manter os coletivos. Entre os orientadores sociais, essa percepção foi praticamente a mesma (43%). As dificuldades apresentadas correspondem às mesmas informadas no restante do país.

3.1.3 Participação dos Conselhos Municipais de Assistência Social

Neste bloco o intuito foi saber, principalmente, se o PJA não só foi apresentado aos Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS), como também se foi aprovado por eles. A aprovação pelo Conselho é condição necessária para a implantação de serviços socioassistenciais ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social e fornece a base jurídica para o cofinanciamento federal ao Serviço no município.

A apresentação do PJA ao CMAS, de acordo com as informações colhidas junto aos gestores, foi realizada em 97% dos municípios. Dentre aqueles que afirmaram ter apresentado o serviço ao CMAS, a obrigatoriedade da aprovação do PJA foi respeitada em 99% dos municípios entrevistados. Em 92% dos municípios avaliados, de acordo com os gestores, houve acompanhamento da implantação pelo conselho. Quando se trata do acompanhamento da execução do serviço, a participação do conselho é menor se comparada ao acompanhamento da implantação: em 86% dos casos há acompanhamento da execução.

3.1.4 Financiamentos

Notou-se baixa participação dos estados no financiamento do serviço: apenas 6% dos gestores entrevistados afirmaram que os seus municípios recebem repasse financeiro estadual para o serviço. Os municípios, todavia, são mais ativos no cofinanciamento: 73% dos gestores informaram que os seus municípios aportaram algum tipo de cofinanciamento ao Serviço. Com relação à utilização dos recursos federais recebidos, em 63% dos municípios os gestores relataram a utilização integral dos recursos disponibilizados. Nota-se ainda que 25% dos gestores municipais informaram não ter conseguido utilizar integralmente os recursos repassados em 2009. Os recursos financeiros repassados pelo governo federal foram gastos principalmente na compra de materiais de consumo (88%), lanche (82%), pagamento da equipe (77%) e no transporte dos jovens (26%).

3.1.5 Estabelecimento de Parcerias

Em 65% dos municípios visitados, os gestores confirmaram a existência de articulações e/ou parcerias para a seleção dos jovens para participar do PJA. Dentre os municípios que alegaram possuir algum tipo de parceria no processo de seleção de jovens, as instituições mais citadas são as escolas (32%), os programas públicos municipais (23%), igreja ou fundações religiosas (11%) e ONGs (10%). A articulação e/ou parceria para a execução do serviço acontece em uma proporção menor (50% dos casos). As instituições mais citadas como parceiras na execução do serviço foram as mesmas que realizaram parcerias para a seleção de jovens: programas públicos municipais (27%), escolas (18%), ONG (12%) e igreja ou fundação religiosa (10%). Ainda é relativamente baixo o percentual de municípios que fazem parceiras com outras instituições para o encaminhamento dos egressos do serviço (56% dos gestores afirmaram ter esse tipo de parceria). As instituições parceiras mais citadas para o encaminhamentos dos egressos foram os programas públicos municipais (26%), escolas (21%) e ONGs (10%).

3.1.6 Territorialização

Segundo informações colhidas com os técnicos de referência, o principal local no qual são desenvolvidas as ações dos coletivos é o próprio CRAS (40% dos casos observados). 82% dos técnicos de referência e 65% dos orientadores sociais afirmaram que os coletivos funcionam em área de vulnerabilidade social, ou seja, estão localizados em áreas em que vive o público alvo do serviço. Essa percepção é confirmada pelo fato de que 83% dos técnicos de referência e dos orientadores sociais, afirmaram que a maioria dos jovens conseguem ir a pé até os coletivos. Todavia, 45% dos orientadores sociais afirmaram que os seus coletivos possuem jovens que necessitam de transporte para chegarem até o local onde são desenvolvidas as atividades dos coletivos. Entre os coletivos que possuem jovens que necessitam de transporte, apenas 60% dos orientadores sociais afirmaram que é ofertado algum meio de transporte aos jovens (62% citaram ônibus, 13% fornecimento de vale-transporte e 13% vans).

3.1.7 Sistema de Acompanhamento e Gestão do Projovem Adolescente (SISJOVEM)

Como a pesquisa foi realizada justamente no início da implantação do SISJOVEM¹, o percentual de municípios que não estavam alimentando as bases de dados ainda era significativo. Pelas informações colhidas juntos aos gestores, observa-se que a maioria dos municípios (57%) não estava alimentando os dados no SISJOVEM, ou seja, não estava digitando as informações no sistema. Os principais motivos alegados foram que o MDS ainda não havia dado o acesso (53%), o município não

1 O SISJOVEM fornece aos gestores de Assistência Social das três esferas de governo, informações detalhadas e consolidadas sobre a execução deste serviço socioeducativo. O sistema possibilita o acompanhamento online das principais regras estabelecidas para a oferta do serviço e serve como subsídio para tomada de decisões gerenciais.

estava contemplado na fase de experimentação (29%) e problemas relacionados com a senha e/ou login (14%). Dentre os municípios que afirmaram estar alimentando o SISJOVEM, o principal responsável pela entrada dos dados eram os técnicos de referência (em 39% dos municípios). Outros funcionários do CRAS também assumiam essa responsabilidade em 22% dos casos.

3.2 Recursos humanos

3.2.1 Recursos humanos disponíveis

Embora a função de coordenador para o Projovem Adolescente não esteja prevista na estrutura organizacional do serviço, 79% dos gestores afirmaram que o município possuía a figura de um coordenador específico para o serviço. Na grande maioria dos casos (76%), os municípios possuem entre 1 e 5 orientadores sociais. No mesmo sentido, em 90% dos municípios o número de técnicos de referência envolvidos no serviço também gira em torno de 1 a 5 indivíduos. Esses percentuais são, de certa forma, esperados uma vez que os municípios são, em grande parte, pequenos, havendo um número de coletivos não muito elevado: 94% dos técnicos entrevistados acompanham no máximo oito coletivos e 97% dos orientadores acompanham até quatro coletivos, o que está de acordo com a regulamentação do Projovem Adolescente, no que tange à razão entre profissionais e coletivos.

Para 60% dos gestores o tamanho da equipe é bom e para 21% deles esse tamanho é considerado ótimo. Os técnicos de referência e orientadores sociais também compartilham dessa opinião positiva com relação ao tamanho da equipe: o conceito dado pelos técnicos ao tamanho da equipe foi “bom” em 68% dos casos e “ótimo” em 26% dos casos. Entre os orientadores sociais, o tamanho da equipe foi considerado “bom” em 62% dos casos e “ótimo” em 37% dos casos. Com relação à avaliação de qualificação da equipe municipal, mais uma vez os gestores estão satisfeitos (em 56% dos casos a qualificação recebeu um conceito “bom” e em 31% recebeu o conceito “ótimo”). Os técnicos, assim como os orientadores sociais, também deram um conceito muito parecido com o dos gestores.

Apesar da boa avaliação das equipes, 79% dos gestores informaram que os seus municípios ainda não haviam realizado concursos para a contratação da equipe de profissionais do serviço e não havia previsão de concurso para a formação da equipe em 75% dos municípios (novamente, segundo a informação dos gestores).

3.2.2 Perfil dos profissionais do PJA

Mais da metade dos gestores afirmaram que possuíam experiência anterior com outros programas e serviços voltados para os jovens (37% citaram o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, 28% o Agente Jovem, 16% algum programa municipal específico e 15%, Educação de Jovens e Adultos – EJA). Os técnicos, em sua maioria, também afirmaram que possuíam experiência com outros programas

e serviços voltados para os jovens (Agente Jovem e o PETI foram os mais citados, ambos com 29%). Já os orientadores sociais apresentaram o menor percentual de indivíduos com experiências em outros programas: ao todo, 45% deles declararam ter este tipo de experiência, dos quais 20% mencionaram o Agente Jovem e 19% o EJA.

Com relação ao rendimento médio mensal dos orientadores sociais, este varia de 1 a pouco mais de 2 salários mínimos, sendo que 54% deles recebem até 1 salário mínimo. Grande parte dos técnicos afirmou possuir uma carga de trabalho de 40 horas semanais (24%), ou seja, dedicam-se integralmente à função de técnico de referência. A maioria dos técnicos acompanha coletivos referenciados a apenas um CRAS (91% afirmaram que não acompanham coletivos em outros CRAS). Os orientadores sociais apresentaram um percentual ainda mais elevado: 98% deles atuam em apenas um CRAS.

3.2.3 Capacitação

Somente 50% dos gestores participaram de algum tipo de capacitação, enquanto entre os técnicos entrevistados, esse percentual é de 56%. Já entre os orientadores sociais, 62% afirmaram haver participado de capacitação para o PJA. Dentre os técnicos de referência que participaram de capacitação, a maior parte deles não fez mais do que dois cursos (47% participaram de apenas uma capacitação e 30% participaram de dois cursos de capacitação). Os orientadores sociais, em sua maioria, também não fizeram mais do que dois cursos. Quanto ao responsável pela realização da capacitação dos gestores, em 50% dos casos foi o próprio MDS que realizou o curso/evento e em 41% dos casos o curso foi ofertado pelo estado. Com relação aos técnicos, 37% dos cursos foram ofertados pelo estado, 35% pelo MDS e 27% pelo próprio município. Quanto se trata dos orientadores sociais, é o município o principal responsável pela capacitação (77%), seguido pelo estado (12%) e o MDS (8%).

3.2.4 Papel do técnico de referência e orientador social no acompanhamento

93% dos técnicos afirmaram que o controle de frequência acontecia em todos os coletivos sob sua supervisão. Já com relação aos orientadores sociais, esse número sobe para 98% dos coletivos. Com relação ao acompanhamento das frequências, 43% dos técnicos afirmaram realizar esse procedimento de forma mensal, 28% semanalmente e 23% diariamente. Já a maioria dos orientadores (87%) relatou fazer o acompanhamento diariamente. Um dado importante é que 96% dos técnicos entrevistados disseram que realizam reuniões com os orientadores sociais. Entre os técnicos que realizam reuniões, a frequência em que ocorrem é semanal em 41% dos casos. Em 37% dos casos as reuniões acontecem mensalmente. Já as reuniões entre os técnicos e os facilitadores de oficinas são menos frequentes do que as realizadas com os orientadores sociais: 77% dos técnicos realizam reuniões com os facilitadores.

3.2.5 Planejamento e Avaliação

98% dos técnicos afirmaram realizar atividades de planejamento para cada coletivo. Esses percentuais são praticamente os mesmos observados quando se analisa os dados referentes aos orientadores sociais (99% deles afirmaram ter realizado as atividades de planejamento). 90% dos técnicos e 94% dos orientadores sociais afirmaram realizar atividades de avaliação dos trabalhos de cada coletivo; e 99% dos técnicos e dos orientadores afirmaram utilizar os resultados das avaliações nas atividades de planejamento.

3.3 Infraestrutura e funcionamento dos coletivos

3.3.1 Infraestrutura e acessibilidade

A maioria dos locais onde são realizadas as atividades dos coletivos não possui estrutura adequada para os jovens com deficiência: 44% dos técnicos e 58% dos orientadores afirmam que os locais não estão adequados para receber jovens com deficiência. Sobre a efetiva participação de jovens com deficiência nos coletivos, 20% dos orientadores e 19% dos técnicos informaram haver algum jovem com estas características em algum dos coletivos que acompanham. Com relação à desistência de jovens com deficiência, 35% dos gestores afirmaram que não houve necessidade de possuir uma estrutura particular adequada para recebê-los; 4% afirmaram que teria existido casos nos quais ao menos algum jovem deixou de participar por não haver infraestrutura adequada.

Segundo as informações coletadas dos técnicos de referência e orientadores sociais, em grande parte, os espaços físicos são compartilhados por mais de um coletivo em horários diferentes (62% e 60%, respectivamente). Chama a atenção, todavia, o fato de que 11% dos orientadores sociais indicaram que os espaços seriam compartilhados nos mesmos horários. Isso significa dizer que dois ou mais coletivos fazem atividades paralelas e independentes no mesmo espaço e no mesmo horário ou, o que tende a ser mais provável, que eles foram unificados e funcionam como um único coletivo, o que constituiria uma irregularidade.

3.3.2 Carga horária dos coletivos

Há um número significativo de coletivos com uma carga horária semanal inferior àquela recomendada pelo MDS (esse número seria de 30% segundo os técnicos e de 40% de acordo com os orientadores sociais). Chama especial atenção a informação prestada pelos orientadores sociais sobre o elevado percentual de casos (21%) em que os coletivos têm até 7,5 horas de atividades por semana. Por outro lado, observa-se também, como ponto positivo, um percentual significativo de coletivos com carga horária semanal superior ao previsto (21% de acordo com as informações dos orientadores). Pelas informações prestadas pelos orientadores sociais, aproximadamente 28% deles dedicam até 10 horas por semana às atividades dos coletivos. Por outro lado, 36% dos entrevistados informaram que dedicam entre 10 a 15 horas por semana e 33% deles se ocupam dessas atividades por mais de 15 horas por semana.

3.3.3 Incentivos concedidos aos Jovens

Dentre as formas de manter os jovens interessados em participar dos coletivos, os principais incentivos são seu acesso prioritário a outros serviços e/ou programas e a realização de passeios. Em menor proporção também foi citada a oferta de cestas básicas às famílias. Nota-se que há um percentual muito baixo de municípios que oferecem ou contribuem com auxílio financeiro diretamente para os jovens (menos de 1% dos gestores afirmou ter esse incentivo no seu município). Embora o auxílio financeiro seja realizado por um número muito reduzido de municípios, pode-se observar que em parte significativa dos municípios há outras formas de estímulo, além de transporte e lanche para os jovens (96% dos entrevistados – tanto técnicos quanto orientadores sociais – afirmaram que são servidos lanches aos jovens, sendo mais comuns a oferta de suco, biscoito/bolacha, pão/sanduíche, refrigerante e leite).

3.3.4 Quantidade de jovens por coletivo

Os coletivos, em sua maioria, concentram um número de jovens compreendido entre 7 e 30. 38% dos técnicos informaram que a quantidade de jovens que comparecem regularmente às atividades (ou seja, a pelo menos 50% das atividades) é entre 16 e 20. Em 27% dos casos, comparecem regularmente até 15 jovens e, em 23%, entre 21 e 25 jovens. Os números informados pelos orientadores sociais são semelhantes.

3.4 Público atendido

3.4.1 Processo de seleção dos jovens

A responsabilidade pela seleção dos jovens para os coletivos tende a ser partilhada pelos três atores em graus distintos, sendo mais comumente uma atribuição do técnico de referência (em 76% dos casos). Os orientadores sociais participam em 45% dos casos, os gestores em 37% e os coordenadores dos CRAS em 35%. O principal local de busca de informações sobre os jovens que podem participar do serviço é o cadastro do Bolsa Família (91% dos municípios utilizam esse cadastro). Outros locais também mencionados de forma expressiva foram os cadastros de atendimento do CRAS (58%), as escolas (56%), órgãos do Sistema de Garantia de Direitos (36%), CREAS (23%) e, em menor grau, a lista de público-alvo disponibilizada no termo de adesão (19%).

Além de utilizar o cadastro do Bolsa Família para localizar os jovens, a maior parte dos municípios utiliza tanto o fato da família do jovem receber o BVJ (65%), quanto a frequência escolar dos jovens (76%) para a seleção dos jovens que participarão dos coletivos (nesse último caso, selecionando os jovens que não cumprem a condicionalidade de frequência escolar). Os gestores indicaram, ainda, outros critérios comumente utilizados para a seleção de jovens. Dois desses critérios se destacam: a idade dos jovens, preferindo os mais jovens (55%) e a situação de moradia, preferindo os que moram próximos dos locais onde acontecem as reuniões dos coletivos (44%).

3.4.2 Composição dos coletivos

Com relação à composição dos coletivos, observa-se que, no geral, há um equilíbrio em relação ao sexo dos jovens. Nota-se também que a grande maioria dos jovens (75%) têm entre 15 e 17 anos, como determinam as normas do serviço. Grande parte dos coletivos possui, em sua composição, jovens egressos do PETI. Eles estão presentes em 50% dos coletivos. Os coletivos também apresentam jovens em cumprimento ou egressos de outras medidas de proteção, jovens egressos ou vinculados ao programa de enfrentamento à violência sexual e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, mas todos em proporção bem inferior ao caso do PETI. Tanto os técnicos quanto os orientadores sociais afirmaram que a maioria dos jovens está exposta a algum grau de risco pessoal, alto ou baixo.

3.4.3 Dificuldades de relacionamento entre os jovens

Para 77% dos orientadores sociais não há problemas de relacionamento entre os jovens dos coletivos. Para os 23% que acreditam na existência de problemas de relacionamento entre os jovens, as dificuldades estão ligadas, principalmente, à discriminação em relação ao gênero (32%) e à orientação sexual (27%), dificuldades de interação em geral (17%), conflitos envolvendo membros de gangues e galeras (16%) e preconceito com os jovens que vêm da proteção especial (12%).

3.4.4 Evasão de jovens

Para 51% dos técnicos entrevistados, a desistência dos jovens tem sido um problema nos coletivos. Para os orientadores sociais, esse problema também existe, mas a proporção dos que o relatam é menor (35%). Os técnicos e orientadores sociais concordam com relação às principais razões para essa desistência. Os pontos mais citados são a ausência de bolsa ou auxílio financeiro para os jovens (79% dos técnicos e 67% dos orientadores), o fato de os jovens não considerarem as atividades interessantes (34% dos técnicos e 24% dos orientadores) e o fato da infraestrutura disponível ser fraca (16% dos técnicos e 15% dos orientadores).

3.5 Traçado metodológico

3.5.1 Avaliação do traçado metodológico

A grande maioria dos técnicos e orientadores receberam as publicações do traçado metodológico: 85% dos técnicos e 79% dos orientadores sociais afirmaram ter recebido todas as publicações (9% dos técnicos e 16% dos orientadores afirmaram ter recebido apenas parte das publicações). Na visão dos técnicos, as publicações sobre a concepção do PJA são adequadas à realidade local: 25% deles consideram totalmente adequadas e 52% as consideram parcialmente adequadas. Essa visão é compartilhada pelos orientadores sociais. Essa adequação parcial significa que, na maioria dos casos, as publicações tiveram que ser adaptadas à realidade social, cultural, econômica e educacional dos coletivos localizados nas mais diversas regiões do Brasil.

3.5.2 Materiais de referência e propostas alternativas

84% dos técnicos e 73% dos orientadores sociais confirmaram fazer uso de alguma metodologia complementar ao traçado. Esse material alternativo foi desenvolvido, principalmente, pelo próprio município (como confirmam 65% dos técnicos e 56% dos orientadores sociais), pelos próprios orientadores (24% deles) ou uma equipe de trabalho municipal (segundo 12% dos técnicos entrevistados). É interessante notar que a maioria dos entrevistados (90% dos técnicos e 93% dos orientadores sociais) indicaram que o material desenvolvido está sendo registrado. Esse é um aspecto importante na medida em que aponta para a possibilidade de acesso e estudo desse material.

3.5.3 atividades de inclusão digital

Na maioria dos casos, não há a realização de atividades de inclusão digital para os jovens dos coletivos (50% dos técnicos e 62% dos orientadores sociais afirmaram que os coletivos que acompanham não ofertam atividades desta natureza para os jovens). Entre aqueles que realizam atividades de inclusão digital, o local escolhido para sua realização, na maioria das vezes, não é a base física do coletivo, mas sim outros espaços. Os equipamentos mais comuns disponíveis para os jovens são os microcomputadores (66%), câmeras fotográficas digitais (60%), caixas de som (55%) e impressoras (53%).

Aproximadamente um terço dos orientadores sociais que trabalham em coletivos que ofertam estas atividades afirmou contar com projetor multimídia, instalação de rede, acesso à internet e equipamento de som. As oficinas de inclusão digital são usadas, em grande parte dos casos, para a produção de textos (83%), pesquisas na internet (79%) e navegação orientada na web (68%). Os cursos de Office (editor de texto e planilhas eletrônicas), além dos cursos de uso de e-mail também são comuns entre as atividades ofertadas aos jovens.

3.5.4 Oficinas de convívio/temas transversais/FTG

Há a oferta de oficinas de Formação Técnica Geral (FTG) em menos da metade dos coletivos visitados. Ao todo, 44% dos coletivos ofertam estas oficinas, percentual que é baixo mesmo entre os coletivos que estão no Ciclo II, momento de oferta dessa atividade (63% dos coletivos que estão no Ciclo II ofertam estas oficinas). Já com relação às oficinas de convívio por meio da arte e cultura, verifica-se um maior percentual de coletivos realizando tais atividades: 88% dos orientadores sociais afirmaram realizar tais oficinas. 82% dos orientadores sociais afirmaram realizar as oficinas na própria base física do coletivo, não havendo a necessidade, portanto, da locomoção dos jovens para outros espaços. 18% dos orientadores sociais indicaram que as oficinas acontecem nas praças, ruas, parques ou escolas do município.

Além da oferta das oficinas, segundo os orientadores sociais, os jovens também estão tendo acesso a arte e cultura. As opções mais citadas foram os espetáculos

de dança (39%), exposições artísticas (37%) e teatro (32%). Os números são ainda mais elevados quando o tópico é relacionado ao esporte: 93% dos orientadores sociais afirmaram promover oficinas de convívio por meio do esporte e lazer nos seus coletivos. Com relação aos temas transversais, 95% dos orientadores sociais afirmaram promover encontros para trabalhar esses pontos com os seus coletivos. Os temas escolhidos vão desde questões mais próximas dos jovens, como drogas e sexualidade, até questões mais amplas, como meio ambiente e saúde.

3.5.5 Participação social e protagonismo dos jovens

68% dos orientadores sociais realizam, nos seus coletivos, atividades relacionadas com a interação/integração entre os jovens e a comunidade, dentre as quais as áreas mais trabalhadas são as de saúde e meio ambiente. Essas atividades de interação entre os jovens e a comunidade, em grande parte, são desenvolvidas através de parcerias: 87% dos orientadores afirmaram que essas atividades são desenvolvidas juntamente com a prefeitura municipal e em 14% dos casos com associações comunitárias.

Por fim, com relação à produção de material de comunicação e cultura para a comunidade, observa-se um elevado percentual de orientadores sociais (61%) que afirmaram que os coletivos nos quais atuam não produziram materiais desta natureza. Nas situações em que é produzido algum tipo de material, os mais citados foram os folhetos explicativos e de mobilização social (19%) e exposição fotográfica (19%).

4. Recomendações

Com base nos resultados observados, foram feitas, por parte da instituição responsável pela execução da pesquisa, algumas sugestões para o aprimoramento do serviço. A primeira sugestão é de que os jovens e suas famílias sejam ouvidos a respeito do serviço, tentando entender a importância que é dada ao serviço, quais são os problemas percebidos e o que acredita-se que pode ser feito para melhorar o que é hoje ofertado. Um segundo ponto de sugestão é relacionado à oferta de capacitação para os atores envolvidos com o serviço. A capacitação é fundamental em um serviço como o Projovem Adolescente, especialmente pela sua filosofia diferenciada de atuação e seu traçado inovador. Além disso, a alta rotatividade dos orientadores sociais torna essa demanda por capacitação quase uma questão constante dentro do serviço.

A questão do traçado metodológico é um ponto à parte. A sua ideia é diferente e inovadora ao permitir uma grande liberdade aos que atuam com os jovens, ao mesmo tempo em que sugerem uma estrutura organizada de trabalho. Todavia, a sua assimilação pode não ser simples para os profissionais que não são especificamente da área de assistência social e mesmo para os que são. Trabalhar os conceitos e os ciclos tende a ser um grande desafio para os orientadores

sociais, apesar de toda a estrutura montada. Isso apenas reforça a necessidade de capacitação das equipes de trabalho para que a proposta colocada pelo serviço possa ser executada de forma adequada.

Um último ponto que não pode ser ignorado é relacionado com as atividades ofertadas aos jovens. Em particular, não se pode deixar de notar o reduzido percentual de coletivos que ofertam atividades de inclusão digital. Essas são atividades de grande interesse para os jovens, seja pelo seu apelo para o mercado de trabalho, seja para uso na vida pessoal. A oferta dessas atividades pode ser um dos elementos com potencial de manter o interesse dos jovens nas atividades do coletivo. Neste sentido, é interessante avançar mais nas causas dessa baixa oferta. É preciso entender melhor o que está faltando e como auxiliar os municípios a superar esse desafio.

Ficha Técnica

Execução da Pesquisa

Datamétrica – Consultoria, Pesquisa e Telemarketing Ltda.

Equipe responsável

Alexandre Rands Coelho Barros – Coordenador Administrativo

André Matos Magalhães – Profissional Sênior

Alexandre D. S. C. Jatobá – Apoio administrativo

Tadeu Rodrigues da Costa – Estatístico Responsável

Anderson Saito – Responsável pela manipulação e análise de dados

Unidades Responsáveis

Secretário de Avaliação e Gestão da Informação

Paulo de Martino Jannuzzi

Diretora de Avaliação

Júnia Valéria Quiroga da Cunha

Coordenador-Geral de Avaliação da Demanda

Alexandro Rodrigues Pinto

Equipe de acompanhamento da pesquisa

Fernando Simões de Carvalho Chagas

Marina Pereira Novo

Secretária Nacional de Assistência Social

Denise Colin

Diretora de Proteção Social Básica

Aidê Cançado Almeida

Coordenador-Geral do Projovem Adolescente e Serviços para a Juventude

Alexandre Valle dos Reis

Colaboradores

Marco Antonio Carvalho Natalino

Edição e Diagramação deste Sumário Executivo

Revisão

Júlio César Borges

Marina Pereira Novo

Júnia Valéria Quiroga da Cunha

Diagramação

Tarcísio Silva

Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

Esplanada dos Ministérios | Bloco A | Sala 323

CEP: 70.054-906 Brasília | DF

Fone: 61 3433-1509 | Fax: 3433-1529

www.mds.gov.br/sagi